



As políticas públicas e sociais nas trajetórias de vida e escolarização de deficientes visuais em Campos dos Goytacazes

Josete Pereira Peres Soares, Sílvia Alicia Martinez

Na Constituição Brasileira de 1988 a educação está contemplada como direito de todos e dever da família e do estado, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para exercer a cidadania. O direito de todos inclui o acesso e permanência na escola de pessoas portadoras de necessidades especiais, sejam físicas ou de outra natureza. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), a Educação Especial, que atende esse público-alvo deverá perpassar todos os níveis e modalidades da educação. A Conferência em Jomtiem, em 1990, também trouxe grande avanço sobre o oferecimento de educação para todos. Após a Declaração de Salamanca que ocorreu em 1994 e da aprovação da LDBEN em 1996, vários documentos foram aprovados no que concerne ao atendimento de portadores de necessidades especiais. O termo inclusão, divulgado em vários documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) amplia a compreensão de educação inclusiva, não somente para portadores de necessidades especiais, mas para todos, buscando uma escola inclusiva em todas as suas dimensões. O presente pesquisa tem como foco de análise a trajetória de vida de deficientes visuais adultos em Campos dos Goytacazes, buscando conhecê-las e analisar a presença ou não de políticas públicas sociais que os atenderam em suas trajetórias de vida e escolarização. A pesquisa é bibliográfica e qualitativa. A abordagem qualitativa do estudo em questão está sendo conduzida na modalidade história de vida com até 09 deficientes visuais em Campos dos Goytacazes. Para a busca dos entrevistados temos o apoio de uma instituição de atendimento a cegos no município, o Educandário para cegos São José Operário, instituição pioneira no município. Essa opção de trabalhar com os relatos dos sujeitos se justifica, seguindo o caminho aberto por Caiado, pela importância de refletir sobre as múltiplas determinações sociais que permitem ou limitam o pleno desenvolvimento do ser humano com cegueira, entendendo a história de vida como uma relação bem próxima entre o indivíduo e o meio em que ele vive.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Deficiente visual, Trajetórias de vida.